

Afeto e Resistência: Maternidade Negra e Colonialidade na Literatura

Affection and Resistance: Black Motherhood and Coloniality in Literature

Aline Lima Santos de Paulo¹

Raquel Aparecida Dal Cortivo²

Resumo: O presente artigo analisa os contos *Primeiras lembranças* e *Mulher*, da obra *A cor da ternura* (2018), de Geni Guimarães, tendo como objeto a representação literária da maternidade e da feminilidade negra em um contexto atravessado pela colonialidade. A análise fundamenta-se em uma perspectiva interseccional que articula raça e gênero, buscando compreender como os corpos femininos negros são historicamente racializados, controlados e subalternizados por estruturas patriarcais e coloniais ainda vigentes na modernidade. O percurso teórico dialoga com autoras e autores como Bell hooks, Angela Davis, Lélia Gonzalez, Conceição Evaristo e Sirma Bilge, mobilizando conceitos como interseccionalidade, feminilidade racializada, *escrevivência* e maternagem negra. Metodologicamente, o estudo realiza uma leitura crítica e interpretativa das narrativas, atentando para seus elementos simbólicos e afetivos. Discute-se a maternidade como construção social marcada por discursos patriarcais que negaram às mulheres negras o direito à maternagem humanizada. Observa-se que, apesar da permanência do racismo e do sexismo, a escrita de Geni Guimarães inscreve espaços de resistência, afeto e reconstrução identitária.

Palavras-chave: Maternidade; Corpos racializados; Feminilidade; Colonialismo.

Abstract: This article analyzes the short stories *Primeiras lembranças* and *Mulher*, from *A cor da ternura* (2018) by Geni Guimarães, focusing on the literary representation of Black motherhood and Black femininity within a context shaped by coloniality. The analysis is grounded in an intersectional perspective that articulates race and gender, seeking to understand how Black female bodies have been historically racialized, controlled, and subalternized by patriarchal and colonial structures that remain active in modern society. The theoretical framework engages with authors such as bell hooks, Angela Davis, Lélia Gonzalez, Conceição Evaristo, and Sirma Bilge, mobilizing concepts including intersectionality, racialized femininity, *escrevivência*, and Black mothering. Methodologically, the study adopts a critical and interpretative reading of the narratives, focusing on their symbolic and affective elements. Motherhood is discussed as a social construct shaped by patriarchal discourses that have historically denied Black women the right to a humanized experience of mothering. Despite the persistence of racism and sexism, Guimarães's writing creates spaces of resistance, affection, and identity reconstruction.

Keywords: Motherhood; Racialized bodies; Femininity; Colonialism.

Introdução

A obra *A cor da ternura* apresenta a jornada de uma jovem negra no período posterior à escravidão, evidenciando os desafios impostos a sujeitos racializados em uma sociedade marcada por heranças coloniais. Os contos “Primeiras lembranças” e “Mulher”, que constituem o corpus desta análise, transitam entre a infância e o processo de

¹ Mestranda em Estudos Literários na Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5356662449685180>. Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-7654-8034>. E-mail: alinelimapaula123@gmail.com.

² Doutora em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo. Docente na Universidade Federal de Rondônia. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1104061269028718>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6050-8434>. E-mail: raqueldalcortivo@gmail.com.

amadurecimento da protagonista, revelando as tensões que atravessam sua formação em um contexto moderno ainda estruturado pelo racismo e pelo sexismo.

As interseções entre raça e gênero intensificam a trajetória da personagem, uma vez que as múltiplas opressões vivenciadas afetam diretamente sua percepção sobre o que significa ser mulher em uma sociedade desigual. Ambas as narrativas abordam a temática de gênero e racialidade a partir de uma perspectiva interseccional, evidenciando como os corpos femininos negros são historicamente submetidos a mecanismos de controle social.

A maternidade surge como um eixo central de reflexão, sendo problematizada enquanto construção social que naturaliza o papel da mulher como mãe em razão de um suposto amor maternal. Tal concepção configura-se como uma falácia do patriarcado, que institui discursos e terminologias com o objetivo de aprisionar a mulher ao espaço doméstico, limitando suas possibilidades de ascensão social. Em contraponto a essa lógica, o conto “Primeiras lembranças” apresenta uma maternidade racializada e afetiva, historicamente negada às mulheres negras durante o período escravocrata. A narrativa resgata a possibilidade da maternagem de forma humanizada, distante das violências coloniais que marcaram mães negras privadas do direito de criar e proteger seus filhos.

Por sua vez, o conto “Mulher” retrata o crescimento de uma jovem que passa a compreender seu corpo como objeto de domínio social. Após a transição da infância para a vida adulta, o corpo feminino deixa de lhe pertencer simbolicamente, sendo moldado por normas patriarcais que regulam comportamentos, gestos e posturas. A figura feminina é construída a partir de estereótipos de fragilidade, docilidade e vocação materna, representações recorrentes na tradição literária. No caso da mulher negra, tais estereótipos são ainda mais restritivos, pois a racialidade a inscreve predominantemente em espaços domésticos, sobretudo na cozinha, ambiente historicamente associado à subserviência e ao trabalho invisibilizado.

Dessa forma, este artigo busca demonstrar como a escrita de Geni Guimarães, atravessada pelo conceito de escrevivência, configura-se como um gesto de resistência e reexistência. Ao reinscrever a maternidade e a feminilidade negras a partir da experiência vivida, a autora tensiona os discursos hegemônicos e possibilita a reconstrução da história do feminino negro, afirmando a literatura como espaço de memória, afeto e enfrentamento à colonialidade.

O corpo feminino negro na lógica colonial

Expressões como “descobrimento do Brasil” ou “salvacionismo”, termos historicamente utilizados para nomear a colonização, remetem a um processo marcado pela destruição dos povos originários e africanos, submetidos a um sistema capitalista e patriarcal. Os sistemas opressores aniquilaram identidades e culturas ao recorrerem à violência física, psicológica e simbólica, transformando esses sujeitos em mercadoria barata para satisfazer anseios econômicos e políticos.

Nesse contexto, a dominação colonial não foi pacífica, pelo contrário, foi violenta, mas enfrentou resistência das lutas pela liberdade de existir que se opunham (e continuam a se opor) ao desejo de soberania da branquitude. Os colonizadores fragmentaram a individualidade dos sujeitos negros, estruturando uma hierarquização racial baseada na dicotomia entre brancos e negros, sustentada por um discurso de superioridade. Esse processo produziu o racismo, concebendo estereótipos de negros maléficos, malfeitos, ignorantes, malandros e afins. Conforme afirma hooks:

O espírito orgulhoso, arrogante e independente das pessoas africanas precisava ser quebrado, para que estivesse em conformidade com o conceito que o colonizador branco tinha de comportamento escravo apropriado. Eram cruciais, no preparo de pessoas africanas para o mercado de escravos, a destruição da dignidade humana, a eliminação de nome e status, a dispersão de grupos, para não haver uma língua comum, e a retirada de qualquer sinal evidente de herança africana (hooks, 2022, p. 43).

Nesse sentido, o estereótipo de negritude foi amplamente difundido no período colonial, construindo a imagem do negro como um sujeito dócil e naturalizando a subserviência, o que garantia o enriquecimento dos colonizadores. O discurso ideológico ocultou deliberadamente a memória das vivências dos sujeitos negros, manipulando a narrativa de modernização social em favor de um suposto bem maior da nação. Obliterou-se, assim, a consciência da condição da exploração, pelo apagamento das subjetividades negras em seus processos de resistência. Lélia Gonzalez afirma que:

Como consciência, entende-se o lugar do desconhecimento, do encobrimento, da alienação, do esquecimento e até do saber. É nesse espaço que o discurso ideológico se faz presente. Já a memória é

compreendida como o “não saber que conhece”, esse lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita, o lugar da emergência da verdade — uma verdade que se estrutura como ficção. A consciência exclui o que a memória inclui (Gonzalez, 2020, p. 78).

A partir dessa perspectiva, a branquitude manteve o controle social por meio do apagamento da história escravocrata, escrevendo-a sob um véu falacioso de suposta ação humanista ou civilizatória que distorce a história, por meio de um discurso que destitui o colonizado escravizado de sua humanidade e subjetividade, na medida que reafirma o colonizador como supremamente humano. Contudo, a memória resiste e as vivências dos sujeitos negros retornam ao debate histórico. No mundo moderno, a herança colonial mantém-se viva, reestruturando-se e perpetuando práticas de sexismo e racismo, mas encontra vozes que operam um contradiscurso, erodindo a “história única” (Adichie, 2009).

Considerando essa abordagem, o sujeito feminino, inferiorizado por um sistema patriarcal, também enfrenta um processo que o condiciona a papéis sociais pré-determinados. A família tradicional organiza-se da seguinte forma: o pai como provedor, a mãe responsável pelo cuidado do lar e a criança como descendente. Essa formação familiar divide estrategicamente os papéis sociais em um sistema hierárquico, no qual a mulher permanece restrita a um espaço limitado — a esfera doméstica —, sendo incapacitada de alcançar posições de poder. De acordo com Coutinho:

[...] a família humana é uma construção social, uma superação da família biológica (macho-fêmea-crias). Seus membros sempre estiveram unidos por uma rede complexa e precisa de direitos e proibições sexuais, de direitos e obrigações econômicas e, mais modernamente, por laços afetivos habitualmente acompanhados de laços legais e religiosos (Coutinho, 1994, p. 27).

Sob esse viés, o matrimônio configura-se como um contrato legal que sustenta o regime familiar, enclausurando crianças e mães a um estado de subalternidade, ao serem consideradas sujeitos frágeis e sentimentais, que necessitam do apoio do patriarca para protegê-los do mundo exterior.

O mito da infância encontra, assim, um paralelo no mito da feminilidade, isto é, tanto as mulheres como as crianças foram consideradas frágeis, delicadas, assexuadas e, portanto, não só mais puras que os homens, como também seres que necessitam da sua proteção (Coutinho, 1994, p. 33).

Contudo, o mito da feminilidade baseia-se na ideia da fragilidade feminina, atribuindo à mulher branca a incapacidade de tomar suas próprias decisões, ao passo que os afazeres domésticos foram direcionados às mulheres negras. Nesse contexto, estas são vistas como instrumentos que auxiliam a branquitude a consolidar a família por meio de funções como serviçais, domésticas e amas de leite. Segundo hooks (2022, p. 47), “[...] a mulher negra foi explorada como trabalhadora do campo, em atividades domésticas, como reprodutora e como objeto para o assédio sexual perpetrado pelo homem branco.” Desse modo, o sujeito feminino é enclausurado em uma condição de servidão à família, estabelecendo-se um padrão de feminilidade criado por homens que comandam a sociedade que cria mais uma camada de exclusão para a mulher negra.

Assim, a mulher branca torna-se privilegiada em comparação à mulher negra, por ocupar uma posição social considerada “valorizada” como mãe e esposa, enquanto as demais são reduzidas a recursos de cunho braçal e sexual para a sociedade patriarcal e colonialista. Essa objetificação, operada pela exclusão e apagamento das mulheres negras, persiste ao fim do sistema escravocrata e não foi alcançado pelas primeiras reivindicações feministas que constituiriam o “[...] feminismo [como] um movimento para acabar com sexismo, exploração sexista e opressão” (hooks, 2022, p. 17). Portanto, o feminismo representa a luta pela igualdade de gênero, direitos civis e sociais e pela liberdade de tomar decisões e construir a própria identidade social para e pelas mulheres brancas.

Apesar disso, o movimento, ao aderir às causas feministas, não abarcava os pensamentos feministas da negritude e das mulheres não brancas, que almejavam pôr fim à opressão sexista e racial por meio de reivindicações interseccionais. A branquitude, contudo, ansiava por igualdade de gênero em outros aspectos, como no mercado de trabalho — salários igualitários, posições de poder e a possibilidade de escolha entre trabalhar fora ou permanecer no espaço doméstico. Diante disso, as discordâncias enfraqueceram o movimento feminista.

As mulheres brancas aliaram-se aos homens que cederam às suas aspirações de “liberdade”, numa relação de troca, pois desejavam manter-se em uma posição de poder. Como afirma hooks:

Todas as mulheres brancas desta nação sabem que a branquitude é uma categoria privilegiada. O fato de que mulheres brancas escolhem refrear

ou negar esse conhecimento não significa que sejam ignorantes. Significa que estão em negação (hooks, 2022, p. 89).

Sob tais condições, o feminismo perde força ao corroborar com o sistema patriarcal, adaptando-se a ele e conservando-o, conforme acrescenta hooks:

O feminismo reformista tornou-se, assim, um caminho para a mobilidade de classe. As mulheres brancas poderiam libertar-se da dominação masculina no mercado de trabalho e escolher mais livremente seu estilo de vida. Ainda que o sexismo não tivesse sido eliminado, poderiam maximizar a liberdade dentro do sistema existente, contando com a exploração de uma classe inferior de mulheres subordinadas para realizar os trabalhos que se recusavam a fazer (hooks, 2022, p. 22).

A verdade é que o feminismo branco nunca esteve ao lado das mulheres negras; apenas se uniu a elas para obter força contra o patriarcalismo. Contudo, ao perceber que poderia perder seu estado privilegiado ao extinguir o sistema opressor, optou por manter-se aliado a ele. Dessa forma, as mulheres negras continuaram servindo tanto à mulher branca quanto ao sistema patriarcal, permitindo que esta conquistasse seu espaço público ao dispor de cuidadoras em seus lares. Assim, as mulheres brancas tornam-se cúmplices de um sistema opressor que continua a violentar os corpos negros.

A maternidade resiste

As violências coloniais vivenciadas pelas mulheres negras foram devastadoras. O corpo feminino racializado não lhes pertencia, mas aos colonizadores que usufruíam dele de todas as formas possíveis. Seus corpos foram marcados por maus-tratos contínuos e considerados apenas receptáculos de prazer, utilizados como mão de obra e para a reprodução. O corpo negro feminino é objetificado para saciar as necessidades da branquitude funcionando como uma engrenagem do sistema escravocrata. Conforme observa Angela Davis:

[...] as mulheres também sofriam de forma diferente, porque eram vítimas de abuso sexual e outros maus-tratos bárbaros que só poderiam ser infligidos a elas. A postura dos senhores em relação às escravas era regida pela conveniência: quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens, eram vistas como desprovidas de gênero; mas, quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas

às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmeas (Davis, 2016, p. 25).

O excerto expõe o olhar do colonizador sobre o corpo da mulher negra, manuseado como uma ferramenta para a expansão da riqueza da branquitude. Essas mulheres eram frequentemente abusadas sexualmente e obrigadas a manter relações extraconjugais, das quais nasciam filhos que, futuramente, serviriam ao sistema escravocrata. Com a promulgação da Lei do Ventre Livre, que declarava livres os filhos de mulheres escravizadas nascidos a partir de então, observa-se o abandono dessas crianças por parte dos colonizadores, uma vez que já não representavam retorno financeiro ao sistema.

Depois da primeira lei abolicionista a Lei do Ventre Livre, que liberta o filho da negra escrava, nas áreas de maior concentração da escravaria, os fazendeiros mandavam abandonar, nas estradas e vilas próximas, as crias de suas negras que, já não sendo suas, não se sentiam mais na obrigação de alimentar (Ribeiro, 1997, p. 175).

As crianças eram abandonadas por um sistema que as via como despesas e, portanto, prejuízo pelos senhores e como escória da sociedade, pois, libertas ainda no ventre, tornavam-se um estorvo sem valor econômico. Assim, as crianças negras eram desumanizadas, tornando-se órfãs antes mesmo do nascimento, perpetuando a discriminação racial. A maternidade, nesse sentido, foi negada às mulheres negras desde o início da escravidão: transportadas grávidas sem qualquer cuidado médico, muitas perdiam seus filhos antes mesmo de chegar às terras coloniais quando sobreviviam, eram submetidos aos castigos dos colonizadores, conforme explica hooks:

A quantidade de mulheres que morreram durante o parto ou o número de natimortos jamais será conhecida. Mulheres negras com crianças a bordo de navios negreiros eram ridicularizadas, menosprezadas e tratadas com desprezo pela tripulação escravizadora. Com frequência, os escravizadores violentavam crianças para assistir ao sofrimento das mães (hooks, 2022, p. 42).

A maternidade tornou-se, assim, um terror psicológico para as mulheres negras, impedidas de amar seus filhos e de transmitir seus ensinamentos. A branquitude violentou os corpos negros de maneira avassaladora, torturando-os de múltiplas formas e massacrando sua feminilidade e identidade. Nesse contexto, o conto “Primeiras

lembranças”, de Geni Guimarães, apresenta um alento ao retratar a maternidade sob uma perspectiva negra, reconstruindo-a como um espaço de afetividade.

O relacionamento entre a personagem Geni e sua mãe é descrito por meio de momentos afetivos atravessados pela ancestralidade, revelando uma maternagem repleta de amor e significado. “Minha mãe sentava-se numa cadeira, tirava o avental e eu ia, colocava-me entre suas pernas, enfiava as mãos no decote do seu vestido, arrancava dele os seios e mamava em pé” (Guimarães, 2018, p. 9). O ritual da amamentação assume um caráter sagrado, simbolizando um laço materno inquebrável, ritualístico e místico.

O leite materno possui um significado simbólico relevante, uma vez que, segundo Chevalier (2015, p. 542), “o leite é naturalmente o símbolo da abundância, da fertilidade e também do conhecimento”. A dimensão simbólica do leite está associada à figura feminina, visto que é a mulher quem gera e oferece esse alimento vital aos seus filhos, o que evidencia uma contradição social: aquela que produz e sustenta a vida coletiva nem sempre é devidamente cuidada ou valorizada. Ademais, a terra é concebida como fonte de vida, assim como o leite representa o alimento primordial, estabelecendo-se uma analogia com a lógica colonial, na qual os colonizadores sugam o “leite materno” dos colonizados, explorando seus corpos e territórios sem preservá-los ou reconhecê-los como sujeitos.

A partir das múltiplas e complexas lutas das mulheres negras, o exercício da maternidade e da maternagem configura-se como elemento de resistência, pois, como demonstrado, o processo escravista buscou desumanizar a mulher negra, estuprando, usurpando seus corpos, esterilizando-os e distanciando a maternidade de seu domínio. Nesse sentido, enquanto mulheres-negras-mães, refletem-se os aspectos históricos que reverberam sobre seus corpos, projetando, na encruzilhada histórica, possibilidades de (re)existência sobre o porvir (Lôbo; Souza, 2019, p. 14).

A maternidade negra é um ato de resistência, mesmo diante da persistência do sistema patriarcal na modernidade. As mulheres negras resgataram o direito de ser mães, de amamentar e de transmitir seus saberes à próxima geração, dando voz às histórias silenciadas do período escravocrata e reescrevendo-as. Apesar desse gesto de resistência, ainda permanecem perceptíveis os resquícios da colonização no conto.

- Mãe, se chover água de Deus, será que sai a minha tinta?
- Credo em cruz! Tinta de gente não sai. Se saísse, mas se saísse mesmo, sabe o que ia acontecer?
- Pegou-me e, fazendo cócegas na barriga, foi dizendo: eu preta, você branca e eu preta, você ficava branca e eu preta, você branca e eu preta... (Guimarães, 2018, p. 11).

A indagação infantil é carregada de significado, pois, ainda que de forma inconsciente, a criança compreende que ser negra é visto como um infortúnio. Desde muito cedo, a diferenciação racial se impõe, provocando na matriarca uma reflexão silenciosa sobre sua insignificância na estrutura colonial. A expressividade da locução interjetiva “Cruz credo!” revela o horror da mãe diante de todos os possíveis significados dessa diferenciação racial. O silêncio que se instaura na narrativa retrata a submissão herdada do regime colonial e revela os questionamentos sobre os sentidos de existir enquanto sujeito negro em uma sociedade que o menospreza. A elaboração desses sentidos se expressa na reiteração da diferença “você ficava branca e eu preta, você branca e eu preta...”.

As atuais classes dominantes brasileiras, feitas e netos dos antigos senhores de escravos, guardam, diante do negro, a mesma atitude de desprezo vil. Para seus pais, o negro escravo, o forro, bem como o mulato, eram mera força energética, como um saco de carvão, que desgastando era substituído facilmente por outro que se comprava. Para seus descendentes, o negro livre, o mulato e o branco pobre são também o que há de mais reles, pela preguiça, pela ignorância, pela criminalidade inatas e inelutáveis. Todos eles são tidos consensualmente como culpados de suas próprias desgraças, explicadas como características da raça e não como resultados da escravidão e da opressão (Ribeiro, 1997, p. 167).

Portanto, a exortação da mãe ao dizer “cruz credo” remete a separação intransponível inscrita nos corpos negros em relação à lógica dominante da branquitude. A branquitude mantém a estrutura sexista e patriarcal na sociedade moderna, lucrando com os menos favorecidos ao herdar as riquezas coloniais — tanto econômicas quanto sociais. Os herdeiros coloniais possuem um acordo não verbal entre si, garantindo a manutenção de seu domínio por meio de discriminações e preconceitos velados.

Outro momento do conto reforça a consciência racial da personagem. Trata-se do episódio do nascimento de Zezinho — o caçula — quando, ao perceber que o irmão era negro, sentiu um alívio: “Não achei bonito nem feio. Apenas senti um grande alívio quando

me vi descompromissada de chamá-lo de Menino Jesus. Era negro” (Guimarães, 2018, p.19). O modo singelo de expressar o alívio pela constatação da igualdade com o irmão recém-nascido revela uma marca mais profunda da estrutura social e cultural racialmente determinada: a falta de identificação e representação cultural na imagem religiosa do menino Jesus que é branco. A mesma hierarquização não se reproduziria em casa. Portanto, a expressão de alívio na simplicidade da percepção infantil explicita que a cor, na estrutura racista da sociedade, definiu sua condição social, sujeitando-a a papéis subalternos e dominantes, assim como o gênero feminino permanece enclausurado em uma feminilidade hierarquizada.

Feminilidade racializada

O corpo feminino negro foi historicamente explorado por colonizadores e colonos como objeto de dominação sexual, atendendo aos seus desejos e reafirmando o poder do patriarcado por meio do assédio e do abuso sexual. Tal violência operava como estratégia de domesticação e controle desses corpos, ao mesmo tempo em que consolidava uma hierarquização moral que distinguia mulheres consideradas “puras” e “impuras”. Sob a perspectiva religiosa, a liberdade sexual feminina era associada ao pecado, de modo que mulheres que expressavam ou exploravam seus corpos eram vistas como imundas, enquanto o homem permanecia autorizado socialmente a exercer poder sobre esses corpos.

Nesse contexto, o conto “Mulher” aborda a descoberta da sexualidade que se tornou um tabu para os sujeitos femininos, que eram desencorajados a dialogar sobre a transição da juventude para a vida adulta. Na narrativa, a personagem Geni observa as mudanças em seu corpo sem compreendê-las plenamente: “— Mãe, nasceu um carocinho aqui. Será que é cabeça de prego? Todo dia dá umas pontadinhas...” (Guimarães, 2018, p. 73). Mesmo diante do questionamento, a mãe não oferece explicações claras sobre as transformações corporais. Posteriormente, a chegada da menstruação é marcada pelo medo e pelo desconhecimento: “Parei e entrei no canavial para ver. Ergui a saia e deparei com minha calcinha, minhas pernas ensanguentadas. Fiquei apavorada. Que seria aquilo, meu Deus? Por que saía tanto sangue de dentro de mim, sem mais nem menos?” (Guimarães, 2018, p. 75).

O sangue simboliza, nesse contexto, a passagem para a condição de mulher, associada a mudanças de comportamento impostas por uma lógica patriarcal. No imaginário moderno-colonial, o sangue é compreendido como signo de vida — “O sangue é vida” (Chevalier, 2015, p. 801) e, conseqüentemente, como prenúncio da maternidade. Essa interpretação é reforçada pela fala materna: “Você virou mulher, besta” (Guimarães, 2018, p. 76). Tornar-se mulher em um mundo sexista e racista implica, portanto, enfrentar uma série de interdições e expectativas sociais.

A sociedade patriarcal constrói um estereótipo de feminilidade que se manifesta no discurso normativo da mãe: “— Menina exagerada, credo! Agora acabou a brincadeira. Você não pode mais ficar brincando com os moleques e sentar com a perna que nem leque. Não é mais criança. Tem que tomar modos de gente” (Guimarães, 2018, p. 76). O conceito de feminilidade, em um contexto moderno, está associado à exigência de que a mulher saiba comportar-se de determinada maneira para não ser vinculada a terminologias negativas atribuídas ao feminino.

As opressões iniciam-se antes mesmo do nascimento de uma criança, pois, ao nascer mulher, ela já é condenada ao sofrimento em razão do patriarcalismo, que produz ódio às mulheres e se intensifica de acordo com a cor da pele, uma vez que, dependendo da raça, há vantagens ou desvantagens socialmente impostas. Assim, o destino dessas mulheres é frequentemente predeterminado por sua sexualidade, inscrita em uma lógica histórica de dominação.

A protagonista rompe, ainda que de forma sutil, com os papéis tradicionais atribuídos ao feminino e ao masculino ao investir em sua formação educacional: “Mulher, terminando o ensino médio. Mulher, cursando o Magistério, a caminho do professorado, cumprindo o prometido” (Guimarães, 2018, p. 77). A reiteração do termo “mulher” reforça a perspectiva de gênero desafiadora do *status quo* no contexto do conto. Ao se formar professora, a narradora Geni desloca-se dos espaços historicamente destinados às mulheres negras, seja no trabalho no campo, seja no ambiente doméstico, tensionando os estereótipos de feminilidade impostos pela ordem colonial e patriarcal.

Mulher, se fazendo, sob imposições, buscando forças para ser forte. Mulher, rindo para esconder o medo da sociedade, da vida, dos deslizes dos passos. Mulher, cuidando da fala, misturando palavras, pronúncias suburbanas aos mil modos de sinônimos rolantes no tagarelar social requintado. Mulher, jogando cintura, diante das coações e dos

preconceitos. Mulher, apesar de tudo, a um passo do tesouro: o cartucho de papel (Guimarães, 2018, p. 77).

Para as mulheres negras, qualquer erro é interpretado como confirmação do fracasso e utilizado como justificativa para reafirmar a inferioridade que lhes é historicamente atribuída.

Diante disso, torna-se necessário abordar o conceito de interseccionalidade, conforme proposto por Sirma Bilge, compreendido como uma ferramenta analítica que visa explicar como as interseções entre raça e gênero constituem vias identitárias que se cruzam e se intensificam. Tal abordagem permite discutir de que modo o colonialismo permanece impregnado nas estruturas da sociedade, evidenciando a necessidade de problematizar continuamente o sexismo e a racialidade. Segundo Bilge (2021, p.16):

[...] as relações de poder que envolvem raça, classe e gênero, por exemplo, não se manifestam como entidades distintas e mutuamente excludentes. De fato, essas categorias se sobrepõem e funcionam de maneira unificada. Além disso, apesar de geralmente invisíveis, essas relações interseccionais de poder afetam todos os aspectos do convívio social (Bilge, 2021, p. 16).

As interseções entrelaçadas potencializam o preconceito e a discriminação. Dessa forma, os indivíduos atravessados pela raça, classe e gênero invisibilizados tornam-se pela sociedade, o que os afeta amplamente nos aspectos sociais, culturais e políticos, dificultando o acesso a oportunidades. As relações sociais mostram que raça e gênero se encontram, e se unificam, afetando diretamente o convívio social. Por meio das interseções, torna-se evidente como a violência colonial foi determinante para a consagração do domínio da branquitude. Por essa razão, analisar como essas opressões foram constituídas na narrativa é relevante para compreender como a escrita de Geni Guimarães é atravessada por uma escrita-memória da negritude.

Resistir e existir

A escrita de Geni Guimarães inscreve-se na literatura afro-brasileira pela voz da negritude, manifestada pela vivência dos sujeitos racializados em um contexto social de desigualdade e preconceitos raciais. É a materialização da compreensão teórica de Conceição Evaristo, segundo a qual: “Os textos afro-brasileiros surgem pautados pela

vivência de sujeitos negros/as na sociedade brasileira e trazendo experiências diversificadas, desde o conteúdo até os modos de utilização da língua” (Evaristo, 2009, p. 27). A voz da negritude encontra espaço para se expressar por meio das vivências anteriormente silenciadas pela hegemonia branca.

A escrita de Geni Guimarães conecta-se, portanto, com o conceito de “escrevivência”, cunhado pela escritora Conceição Evaristo, definido da seguinte forma:

Escrevivência, em sua concepção inicial, se realiza como um ato de escrita das mulheres negras, como uma ação que pretende borrar, desfazer uma imagem do passado, em que o corpo-voz de mulheres negras escravizadas tinha sua potência de emissão também sob o controle dos escravocratas, homens, mulheres e até crianças. E se ontem nem a voz pertencia às mulheres escravizadas, hoje a letra, a escrita, nos pertencem também. Pertencem, pois nos apropriamos desses signos gráficos, do valor da escrita, sem esquecer a pujança da oralidade de nossas e de nossos ancestrais (Duarte, 2020, p. 30).

A escrevivência se manifesta por meio da escrita feminina atravessada pela memória colonial; assim, é possível fazer ecoar as vozes outrora silenciadas através de uma escrita de resistência. Em razão disto, a autora torna-se porta-voz do seu povo, expondo a subalternidade e reivindicando a autodeterminação por meio da arte, capaz de “desengasgar o nó da garganta” da negritude. A escrevivência não se limita ao registro de experiências pessoais, mas a retomada da história de uma nação a partir das vozes antes silenciadas.

Durante séculos, a voz da negritude foi silenciada e seus corpos, transformados em mercadoria pela supremacia branca. A identidade do povo negro foi usurpada e a escrita, que antes era instrumento de dominação, tornou-se uma arma para refutar a narrativa de inferioridade construída pelo colonizador. A escrevivência representa uma coletividade, uma nação que tem voz, capaz de reconstruir a sua história e de denunciar os males provocados por um povo usurpador. A escrita torna-se uma ferramenta de resistência para a autora. O discurso constitui um enfrentamento à casa-grande; uma denúncia dos resquícios escravocratas que tornaram o sujeito fragmentado e sem identidade.

Considerações finais

A análise dos contos “Primeiras lembranças” e “Mulher”, de Geni Guimarães, evidencia que as experiências da mulher negra são constituídas a partir de um entrelaçamento histórico entre raça, gênero e colonialidade. As narrativas revelam como os corpos femininos negros foram — e continuam sendo — atravessados por mecanismos de controle, silenciamento e subalternização, produzidos por um sistema patriarcal e racista que insiste em se atualizar na modernidade. Nesse contexto, a maternidade e a feminilidade não se configuram como experiências neutras, mas como construções sociais marcadas por violências simbólicas e materiais.

Ao tensionar o feminismo branco hegemônico, o artigo evidencia que a luta por igualdade de gênero, quando desarticulada das questões raciais, torna-se insuficiente e excludente. A falsa ideia de sororidade, sustentada por interesses de classe e privilégios raciais, contribui para a manutenção das desigualdades e para a permanência da mulher negra em posições subalternas. Assim, o patriarcado não opera de forma isolada, mas em aliança com a branquitude, que preserva seus lugares de poder ao custo da exploração contínua dos corpos negros.

Apesar desse cenário de opressão estrutural, os contos analisados apontam para possibilidades de resistência e reexistência. A escrita de Geni Guimarães reinscreve a maternidade negra como espaço de afeto, ancestralidade e transmissão de saberes, rompendo com a lógica colonial que historicamente negou às mulheres negras o direito à maternagem humanizada. Do mesmo modo, ao narrar a construção da feminilidade a partir da experiência racializada, a autora desestabiliza os estereótipos impostos ao feminino negro e reivindica novas formas de existir.

A escrevivência, nesse sentido, constitui-se como um gesto político e estético, por meio do qual a literatura se transforma em ferramenta de memória, denúncia e reconstrução identitária. Ao dar centralidade às vozes historicamente silenciadas, Geni Guimarães não apenas revisita o passado colonial, mas projeta possibilidades de futuro, afirmando a escrita como espaço de enfrentamento à colonialidade e de afirmação da humanidade da mulher negra.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo da história única*. Tradução de Julia Romeu. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

- CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de símbolos: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números*. Tradução de Vera da Costa e Silva et al. 27. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2015.
- COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. Tradução de Rane Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.
- COUTINHO, Rocha. *Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DUARTE, Constância Lima; NUNES, Izabel Cristina Rodrigues (Orgs.). *Escrivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*. 1. ed. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.
- EVARISTO, Conceição. *Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade*. *Scripta*, v. 13, n. 25, p. 17–31, jul./dez. 2009.
- GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Organização de Flavia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- GUIMARÃES, Geni. *A cor da ternura*. 2. ed. São Paulo: FTD, 2018.
- hooks, bell. *E eu não sou uma mulher? mulheres negras e feminismo*. Tradução de Bhuvli Libano. 11. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022a.
- hooks, bell. *O feminismo é para todo mundo: políticas*. Tradução de Bhuvli Libano. 18. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022b.
- LERNER, Gerda. *A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens*. Tradução de Luiza Sellera. São Paulo: Cultrix, 2019.
- LÔBO, Jade; SOUZA, Izabela. Na encruzilhada da maternidade negra. In: *XIII Reunião de Antropologia do Mercosul*, 2019, UFRGS, em Porto Alegre. Disponível em: [XIII RAM - Reunião de Antropologia do Mercosul – Grupos de Trabalho - GT 59 - Feminismos Negro e Decolonial](#). Acesso: 30. jan. 2026.
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. 3. ed. São Paulo: Global, 2015.

Recebido em: 30/01/2026

Aceito em: 10/06/2026